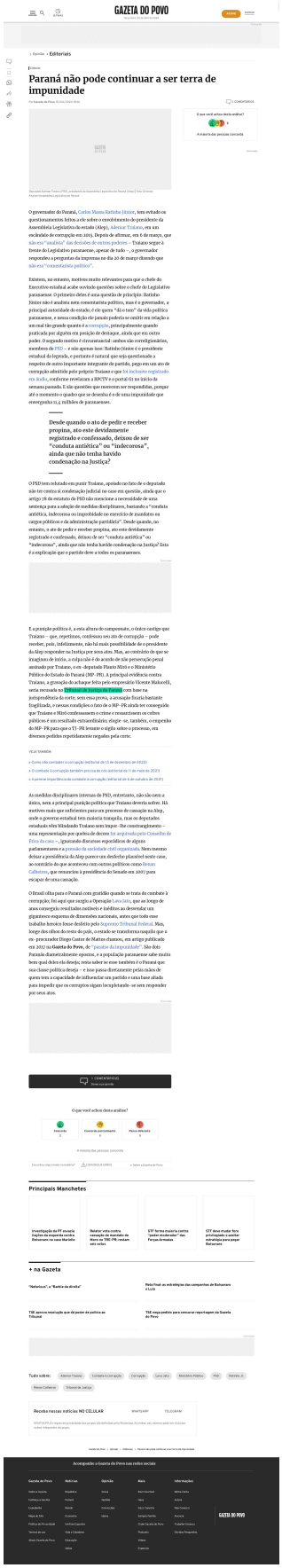
Notícia

Carateres: 4772

Título:	**Paraná não pode continuar a ser terra de impunidade**			**Mídia:**	Web
Veiculo:	Gazeta do Povo	**Página:**	Web	**Data:**	01/04/2024
Cidade:	Curitiba	**Cm2:**	2962.42	**Jornalista:**	Gazeta do Povo



GAZETA DO POVO

Opinião > Editoriais

Editorial

Paraná não pode continuar a ser terra de impunidade

Por Gazeta do Povo 01/04/2024 19:04

0 COMENTÁRIOS

O que você achou desta análise?

A maioria das pessoas concorda

Deputado Ademar Traiano (PSD), presidente da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) | Foto: Gustavo Aranda/Assembleia Legislativa do Paraná

O governador do Paraná, Carlos Mauro Batistho Júnior, tem evitado os questionamentos feitos a ele sobre o envolvimento do presidente da Assembleia Legislativa do estado (Alep), Ademar Traiano, em um escândalo de corrupção em 2015. Depois de afirmar, em 6 de março, que não era "analista" das decisões de outros poderes – Traiano segue à frente do Legislativo paranaense, apesar de tudo –, o governador respondeu a perguntas da imprensa no dia 20 de março dizendo que não era "comentarista político".

Existem, no entanto, motivos muito relevantes para que o chefe do Executivo estadual acabe ocioso questões sobre o chefe do Legislativo paranaense. O primeiro deles é uma questão de princípio: Batistho Júnior não é analista nem comentarista político, mas é o governador, a principal autoridade do estado, e ele quera "dá o tom" da vida política paranaense, e nessa condição ele jamais poderia se omitir em relação a um mal tão grande quanto é a corrupção, principalmente quando praticado por alguém em posição de destaque, ainda que em outro poder. O segundo motivo é circunstancial: ambos são correligionários, membros do PSD – e não apenas isso: Batistho Júnior é o presidente estadual da legenda, e portanto é natural que seja questionado a respeito de outro importante integrante de partido, pego em um ato de corrupção admitido pelo próprio Traiano e que foi inclusive registrado em áudio, conforme revelaram a RPC TV e o portal G1 na início da semana passada. E são questões que merecem ser respondidas, porque até o momento o quadro que se desenha é o de uma impunidade que envergonha 11,4 milhões de paranaenses.

> **Desde quando o ato de pedir e receber propina, ato este devidamente registrado e confessado, deixou de ser "conduta antiética" ou "indecorosa", ainda que não tenha havido condenação na Justiça?**

O PSD tem relutado em punir Traiano, apoiado no fato de o deputado não ter contra si condenação judicial no caso em questão, ainda que o artigo 38 do estatuto do PSD não mencione a necessidade de uma sentença para a adoção de medidas disciplinares, bastando a "conduta antiética, indecorosa ou impossibilade no exercício de mandatos ou cargos públicos e da administração partidária". Desde quando, no entanto, o ato de pedir e receber propina, ato este devidamente registrado e confessado, deixou de ser "conduta antiética" ou "indecorosa", ainda que não tenha havido condenação na Justiça? Esta é a explicação que o partido deve a todos os paranaenses.

E a punição política é, a esta altura do compromisso, o único castigo que Traiano – que, repetimos, confessou seu ato de corrupção – pode receber, pois, infelizmente, não há nada possibilidade de o presidente da Alep responder na Justiça por seus atos. Mas, ao contrário do que se imaginou de início, a rolça não é do acordo de não persecução penal assinado por Traiano, o ex-deputado Plauto Miró e o Ministério Público do Estado do Paraná (MP-PR). A principal evidência contra Traiano, a gravação do achaque feita pelo empresário Vicente Malucelli, seria recusada no Tribunal de Justiça do Paraná com base na jurisprudência da corte; sem essa prova, a acusação ficaria bastante fragilizada, e nessas condições o fato de o MP-PR ainda ter conseguido que Traiano e Miró confessassem o crime e ressarcissem os cofres públicos é um resultado extraordinário, elogie-se, também, o empenho do MP-PR para que o TJ-PR levante o sigilo sobre o processo, em diversos pedidos repetidamente negados pela corte.

VEJA TAMBÉM

- Como não combater a corrupção (editorial de 13 de dezembro de 2023)
- O combate à corrupção também precisa de rito (editorial de 11 de maio de 2023)
- A perene imperfeição do combate à corrupção (editorial de 6 de outubro de 2023)

As medidas disciplinares internas do PSD, entretanto, não são nem a única, nem a principal punição política que Traiano deveria sofrer. Há motivos mais que suficientes para um processo de cassação na Alep, onde o governo estadual tem maioria tranquila, mas os deputados estaduais vêm blindando Traiano sem impor – lhe constrangimento – uma representação por quebra de decoro foi arquivada pelo Conselho de Ética da casa –, ignorando diversas especulações de alguns parlamentares e a pressão da sociedade civil organizada. Nem mesmo deitar a presidência da Alep parece um desfecho plausível neste caso, ao contrário do que aconteceu com outros políticos como Renan Calheiros, que renunciou à presidência do Senado em 2007 para escapar de uma cassação.

O Brasil olha para o Paraná com gratidão quando se trata do combate à corrupção. Foi aqui que surgiu a Operação Lava Jato, que ao longo de anos conseguiu resultados notáveis e inéditos ao desbandar um gigantesco esquema de dimensões nacional, antes que todo esse trabalho heroico fosse desfeito pelo Supremo Tribunal Federal. Mas, longe dos olhos do resto do país, o estado se transforma naquilo que o ex-procurador Diogo Castor de Mattos chamou, em artigo publicado em 2017 na **Gazeta do Povo**, de "paraíso da impunidade". São dois Paranás diametralmente opostos, e a população paranaense sabe muito bem qual deles ela deseja; resta saber se esse também é o Paraná que sua classe política deseja – e isso passa diretamente pelas mãos de quem tem a capacidade de influenciar um partido e uma base aliada para impedir que os corruptos sigam locupletando-se sem responder por seus atos.

0 COMENTÁRIOS
Deixe sua opinião

O que você achou desta análise?

Concordo 0 | Concordo parcialmente 0 | Pouco diferente 0

A maioria das pessoas concorda

Encontrou algo errado no conteúdo? | DENUNCIAR ERROS | Sobre a Gazeta do Povo

Principais Manchetes

Investigação da PF envolve Rogéria de esquerda ajudou Bolsonaro no caso Marielle

Relator vota contra cassação de Deltan Dallagnol de Alvaro no TRE-PR; veem seis votos

STF forma maioria contra "Pandora Bolsonaro" das Forças Armadas

EFF deve mudar fora e adotar nova estratégia para pegar Bolsonaro

+ na Gazeta

"Rebelion", a "Rainha da direita"

Pista final: as entrelinhas das campanhas de Bolsonaro e Lula

TSE aprova resolução que dá poder de polícia ao Tribunal

TSE nega pedido para censurar reportagem da Gazeta do Povo

Tudo sobre: Ademar Traiano | Combate à corrupção | Corrupção | Lava Jato | Ministério Público | PSD | Batistho Jr. | Renan Calheiros | Tribunal de Justiça

Receba nossas notícias NO CELULAR WHATSAPP | TELEGRAM

WHATSAPP | As regras de privacidade dos grupos são definidas pelo WhatsApp. Ao entrar, seu número pode ser visto por outros integrantes do grupo.

Gazeta do Povo | Opinião | Contato | Política de privacidade | Termos de uso

Acompanhe a Gazeta do Povo nas redes sociais

Gazeta do Povo: Notícias | Política | Economia | Cotações e ações | Coluna Ricardo | Coluna Ricardo | Coluna Ricardo